

Estabilização deve ser precedida de "condições políticas", diz Lara Resende

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil, a despeito das quatro tentativas de estabilização, não conseguiu ainda sair do processo hiperinflacionário para o qual pulou na virada de 1985/86 e que se manifesta na total falta de crédito do governo, tanto interna quanto externamente, na perda das características de reserva de valor e de unidade de conta de moeda, na desorganização econômica, na descrença nas instituições e até na crise de comportamento, onde a moral fica desagregada.

Todo aquele quadro de desarticulação acaba desaguando em uma crise cambial e culmina quando a sociedade já não aceita mais a moeda nacional como meio de pagamento. Nesse estágio, o ágio do paralelo de câmbio, onde se faz a troca da moeda manual, vai se distanciando da cotação do dólar no mercado a cabo, por onde se efetuam as operações cambiais com o exterior. As pessoas querem ter a divisa estrangeira na mão e quando isso ocorre o País já passou para a fase mais séria da hiperinflação aberta.

O diagnóstico sobre a situação brasileira foi feito ontem pelo economista André Lara Resende, vice-presidente do Unibanco: "Estamos hoje no limiar de uma hiperinflação aberta, com o crédito do setor público a zero, e a última fronteira é o financiamento monetário porque ainda se aceita o cruzeiro como meio de pagamento", disse ele a uma platéia atenta, embora reduzida, de parlamentares que o ouviram na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Um novo plano de estabilização, por aí, não conseguirá resolver os problemas econômicos do País porque esses estão ligados à questão institucional. "Estamos falando não de economia, mas da arte de governar", disse ele, deixando um claro recado com os deputados: "O grande desafio neste momento é como dar a este governo sustentação para enfrentar esta crise".

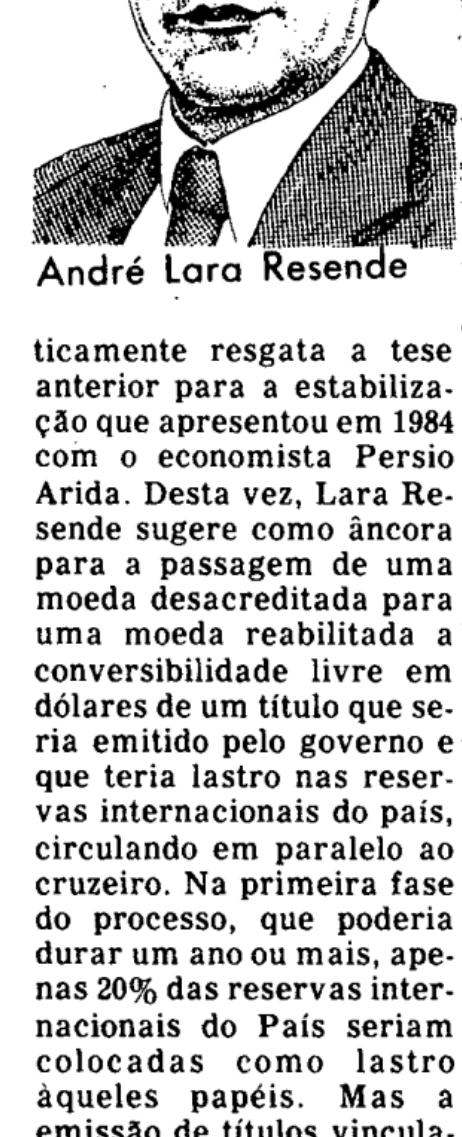
"Temos saída, preservando a figura do presidente?", quis saber o deputado Luiz Roberto Ponte (PFL-RS). André Lara Resende respondeu, ressaltando que falava hipoteticamente: "Um presidente, com três anos e meio pela frente que parece ter perdido o rumo, só conseguirá reorganizar-se se encontrar uma aliança capaz de restabelecer o rumo", disse o economista, para quem não pode haver sustentação em uma política que tem na taxa de juro o único recurso.

Sucesso está ligado às condições políticas

O deputado Fetter Júnior (PDS-RS) quis saber se o Plano Cavallo (a propósito de seu autor, o ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo) seria uma solução para o Brasil. Lara Resende, embora tratando o assunto com todo o cuidado que lhe é peculiar, deixou selado junto ao Poder Legislativo sua tese de que a reversão do processo hiperinflacionário passa por uma moeda paralela ao cruzeiro, uma alternativa que procura represar as expectativas e dar tempo para a implementação da série de reformas necessárias à reordenação da economia — como o ajuste fiscal (com reforma tributária e privatização), a abertura para o exterior e a modernização — e a reabilitação da confiança na moeda nacional.

O mecanismo da "titularização" — nome que ele prefere ao da "dolarização" — funcionaria como um "truque de coordenação das expectativas e não de manipulação do mesmo modo como funciona na Argentina o austral lastreado diretamente no dólar. Para o Brasil, o economista defende que a vinculação não se faça de modo tão direto entre as moedas porque a economia é mais complexa e menos aberta.

A proposta de Lara Resende, colocada em meados deste ano no papel, pr



André Lara Resende

ticamente resgata a tese anterior para a estabilização que apresentou em 1984 com o economista Persio Arida. Desta vez, Lara Resende sugere como âncora para a passagem de uma moeda desacreditada para uma moeda reabilitada a conversibilidade livre em dólares de um título que seria emitido pelo governo e que teria lastro nas reservas internacionais do país, circulando em paralelo ao cruzeiro. Na primeira fase do processo, que poderia durar um ano ou mais, apenas 20% das reservas internacionais do País seriam colocadas como lastro àqueles papéis. Mas a emissão de títulos vinculados às reservas poderia crescer em um momento posterior.

Lara Resende aproveitou ontem para dizer que discorda da avaliação de alguns economistas de que mecanismos envolvendo a moeda estrangeira como lastro não poderiam ser introduzidos no País em função das reservas, cujo nível (hoje em torno de US\$ 7 bilhões) é considerado baixo.

O importante para ele, no entanto, é que só haverá o sucesso de uma próxima tentativa de estabilização se vier precedida pelas condições políticas que assegurem a governabilidade e tragam confiança junto à sociedade. (Ver página 6)

"Tentativas de criação de mecanismos de financiamento"

Ao responder ao deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), preocupado com os efeitos que uma aliança entre partidos teria sobre os cofres do governo, Lara Resende disse claramente que o governo precisa de um projeto mas não tem condições de realizá-lo sozinho: "Eu simplesmente sou parte de um grupo de angustiados, mas a resposta certamente passa pelo Congresso porque, se não conseguirmos redesenhar uma sustentação na qual o Executivo tenha apoio parlamentar de fato, vamos ficar repetindo essas crises", disse o economista.

Não faltou na sessão quem cobrasse o Plano Cruzado, embora essa cobrança tenha vindo justamente do deputado Aluizio Alves (PMDB-RN), que na época era ministro de Administração do governo. Alves refutou a crença generalizada de que o PMDB contribuiu para o fracasso do Plano Cruzado e ouviu de Lara Resende, um dos que ajudaram a montar o programa e que acompanhou sua execução na função de diretor da Dívida Pública do Banco Central, a avaliação de que não havia naquele momento consciência da gravidade da situação fiscal por parte da sociedade brasileira nem do montante das dívidas que se acumularam no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), na Previdência Social, nas empresas estatais, nos governos federal, estaduais e municipais.

O mesmo problema está hoje mais agravado a ponto de a perda de credibilidade obrigar o governo a gerar superávits fiscais para resgatar a dívida que não consegue rolar por falta de crédito. Todos os planos de estabilização introduzidos no País até agora não passaram de "tentativas de criação de mecanismos compulsórios de financiamento do governo", conforme avalia Lara Resende e por ironia cada plano fracassado contribui para piorar ainda mais a situação do setor público, alimentando o processo hiperinflacionário.